

***Think Tanks* conservadores e a reconstrução da hegemonia estadunidense**

Avanço de investigação em curso

GT 14 - Hegemonía estadunidense, políticas públicas y sociales y alternativas de desarrollo en América Latina

José Victor Regadas Luiz

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados iniciais de pesquisa acerca do papel de intelectuais ligados a *think tanks* conservadores norte-americanos na construção da hegemonia neoliberal nos EUA na segunda metade do século XX. A sua atuação, como formuladores, articuladores e promotores de ideias, inseridos nesta forma específica de instituição – espécie de subespaço relativamente autônomo localizado no cruzamento entre esferas acadêmica, política, econômica e midiática, que constitui hoje o principal elo entre as estruturas de poder político e a vida intelectual norte-americana –, foi vital para o fortalecimento do movimento conservador nos EUA a partir dos anos 1970, sendo imprescindível para a delimitação do debate ideológico e da ação política que pavimentou o caminho da virada conservadora naquele país.

Palavras-chave: Movimento Conservador; *Think Tanks*; Estados Unidos.

Em 1950, Lionel Trilling, no prefácio a sua coletânea de ensaios sugestivamente intitulada *The liberal imagination*, sentenciava:

Nos Estados Unidos de hoje, o Liberalismo não é somente a tradição intelectual dominante, mas a única tradição intelectual. Pois é um fato evidente que, em nossos dias, não existem ideias conservadoras e reacionárias em circulação geral. O que, é claro, não significa dizer que não existam impulsos para o conservadorismo e para a reação. Tais impulsos certamente são muito fortes, talvez mais fortes do que a maioria de nós saiba. Mas o impulso conservador e reacionário, salvo algumas isoladas e eclesiásticas exceções, não se expressa em ideias, mas somente na ação, ou em gestos mentais irritantes que procuram se assemelhar a ideias (Trilling, 2008, p. xv).

A razão pela qual esta passagem tornou-se deve-se não a sua atualidade, mas a seu notório anacronismo. As ideias conservadoras e reacionárias estão mais do que nunca em plena “circulação geral”. Embora já não se possa falar sem ressalvas em pensamento único e apesar de toda contraofensiva desencadeada neste início de século, inclusive nos EUA, sobretudo a partir da atual crise, que se arrasta sem solução, são estas “ideias conservadoras e reacionárias” que continuam a balizar os horizontes da ação política nestes dias de capitalismo global desenfreado. Basta perceber como o debate entre os candidatos à presidência dos EUA há cerca de um ano estiveram dominados de ponta a ponta pela agenda política da direita. Obama venceu a eleição, sem muita folga, mas teve que

lutar na defensiva quase todo o tempo. O resultado do pleito, além dos rumos da própria administração democrata, demonstra firmemente como, apesar da derrota eleitoral do *Grand Old Party*, o “impulso para o conservadorismo e para a reação” permanece forte naquele país, “talvez mais forte do que a maioria de nós saiba”. Isto por que se até os anos 1950 o conservadorismo estadunidense não conseguia se expressar publicamente em ideias, exceto por “isoladas e eclesiásticas exceções”, quando muito reduzido a “gestos mentais irritantes”, nos anos seguintes, ele nutriu um vigoroso movimento político-ideológico em sua batalha contra o legado liberal progressista da época do *New Deal*.

Sinal dos tempos, após algumas décadas, no ano de 1985, um exultante republicano conservador que acabara de ser reeleito presidente dos EUA proferia o seguinte discurso por ocasião da *Conservative Political Action Conference*:

A verdade é que o pensamento conservador não está mais aqui apenas na direita; ele é o *mainstream* agora. E o curso da história irresistivelmente se move em nossa direção. Por quê? Porque o outro lado está virtualmente falido em ideias. Ele não tem mais o que dizer, nada para acrescentar ao debate. Ele desperdiçou todo seu capital intelectual (...). Nós chegamos onde chegamos porque estamos vencendo a batalha de ideias. De fato, na última década, calma e misteriosamente, o Partido Republicano se tornou um partido de ideias (Reagan, 1985).

O valor das ideias na construção da hegemonia neoliberal não pode ser desprezado. Como observou certa vez Perry Anderson (2003, p. 37), o neoliberalismo é um “movimento ideológico em escala mundial como o capitalismo jamais havia produzido”, “um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem” e que, embora não tenha revitalizado economicamente o capitalismo, política e ideologicamente, ele “alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas”. Este fenômeno, dizia ele, chama-se hegemonia. O objetivo deste trabalho é investigar como essa hegemonia foi construída nos EUA, como seus princípios se fixaram e se disseminaram tão intimamente naquele país para dali ganhar o mundo. Isto porque, apesar da primeira experiência neoliberal ter sido levada a cabo por uma violenta ditadura, instaurada no Chile há 40 anos, o neoliberalismo só pôde se apresentar em definitivo como uma solução global, a um mesmo tempo legítima e necessária, à crise do “modelo fordista-keynesiano de desenvolvimento” (Harvey, 1992), porque seu ideário alcançou significativo consenso na principal potência capitalista do planeta. E isto só foi possível graças à ascensão do movimento conservador que, muito habilmente, conseguiu minar o antigo consenso liberal progressista em vigor nos EUA desde o *New Deal*.

“Guerra cultural” nos Estados Unidos

O sucesso do movimento conservador estadunidense nesta “batalha de idéias” tem motivado intenso debate nos EUA. Contribuição importante, neste sentido, foi dada pelo sociólogo James Hunter, que nos anos 1990 lançou a tese da emergência de uma “guerra cultural” nos EUA, que superaria o mero conflito político entre democratas progressistas e republicanos conservadores, por ser um “conflito político e social enraizado em diferentes sistemas de compreensão moral” ou em “diferentes visões de mundo” acerca das “ideias mais fundamentais sobre o que é ser americano” (Hunter, 1991, p. 42). Segundo a hipótese da guerra cultural, “o colapso da coalizão do *New Deal* e a ascensão do conservadorismo religioso nos anos 1970 e 1980 levaram a uma mudança permanente na dinâmica do

sistema político americano, substituindo divisões clássicas de economia e de classe por outras baseadas em desacordos culturais e morais” (Hunter & Wolfe, 2006, p. vii).

Todavia, se há relativo acordo quanto à primeira parte dessa suposição, o mesmo não se ocorre quanto à segunda. Em livro que reanimou o debate, Fiorina, Abrams e Pope (2005) rejeitam a percepção de que haveria uma “polarização cultural” nos EUA, traço que estaria muito mais presente nas elites do país do que no conjunto da população, cujo ponto de vista político mais moderado se guiaria predominantemente por motivações econômicas. Tais críticas foram endossadas em estudo de Bartels (2008) sobre a “desigual democracia” nos EUA, cujos “resultados não oferecem qualquer suporte à noção de que a atual política americana é primariamente orientada por questões culturais” (idem, p. 84), ao contrário, “continuam a sugerir que questões econômicas são consideravelmente mais consequentes do que questões culturais” (idem, p. 86). Embora admita que “os ‘valores morais’ são cada vez mais proeminentes na política contemporânea”, ele pondera que, “enquanto a atual política dos EUA é *creescentemente* mais relacionada a temas culturais, ela continua sendo *primariamente* concernente a questões econômicas” (idem), tendência presente nas camadas de renda superior daquele país, e não na camada inferior, para a qual “os temas econômicos continuam a ser de suprema importância” (idem, p. 95).

Embora tais críticas coloquem em xeque a hipótese da guerra cultural de Hunter, este as acolheria simpaticamente ao seu argumento. De um lado, a substituição de posições relativas a interesses econômicos por outras relativas a valores culturais e morais jamais teria sido vista por ele como um fato consumado na política estadunidense, e sim como uma *tendência crescente* desde a ascensão do movimento conservador (Hunter, 2006). De outro lado, a polarização do conflito não abrangeria toda a sociedade, uma vez que “a maioria dos americanos, na verdade, ocupa um vasto espaço mediano entre os impulsos polarizados da cultura americana”, sendo o antagonismo mais agudo observado entre “organizações e seus porta-vozes, que possuem interesses em promover uma posição particular sobre uma questão social” (Hunter, 1991, p. 43). Se é inegável o realinhamento na cultura política nos EUA, “este foi e tem sido institucionalizado, sobretudo, por meio de organizações e grupos especiais de interesses, denominações, partidos políticos, grupos concorrentes na mídia, fundações, associações profissionais, e elites, cujos ideais, ações e interesses conferem direção e liderança a tais organizações” (Hunter, 2006, p. 21). Neste sentido, sustentam Gross, Medvetz e Russell (2011, p. 343), “as pesquisas de opinião pública sobre guerra cultural que focam inteiramente nas mudanças de atitude ignoram o que talvez seja a mais importante consequência de todo esse trabalho cultural: o fato de que os americanos (pelo menos os que se interessam por política) cada vez mais se veem como parte de um campo político-cultural distinto, estejam ou não as opiniões mais polarizadas”. A questão central, portanto, é saber em que medida e com estas instituições estariam em condição de moldar o debate ideológico nos EUA. Afinal, embora dificilmente populações inteiras se dividam na mesma intensidade que ideólogos, é de se supor que a delimitação rígida do debate político por esses grupos acabe por forçar o público a escolhas limitadas. Como se indaga Hunter (2006, p. 32), “se a guerra cultural é um mito e a história real é sobre o consenso que existe na ‘metade’, então por que a metade é incapaz de propor, muito menos de eleger, um moderado que represente este consenso (...)? Se o centro é tão vital assim, por que as extremidades estão sobrerrepresentadas nas estruturas de poder – sobretudo as estruturas de poder político?”.

Curiosamente, uma das principais conclusões de Bartels (2008) tende a apoiar esse ponto central à hipótese da “guerra cultural”. Após constatar o quanto os políticos nos EUA são significativamente mais sensíveis aos interesses dos eleitores de maior renda, ignorando os mais pobres, o que refuta a noção comum (entre teóricos pluralistas da democracia) de que a ação dos políticos reflete a média das visões dos eleitores, Bartels (idem, p. 257) sublinha “a imensa significância da ideologia da elite na criação da política pública nos EUA”. Haveria duas explicações para este fenômeno. “A correlação entre a opinião pública e a opinião da elite deve refletir os esforços

conscientes das elites, dos grupos de interesse, ou dos realizadores de políticas públicas em moldar a opinião pública em apoio às suas visões, ou ela pode refletir padrões de recrutamento político que põe certo tipo de pessoas em vez de outros em posições influentes” (idem, p. 281). Com efeito, ambas as explicações são complementares, pois não só os políticos tendem a pertencer à mesma elite social e econômica que beneficiam, tornando seus interesses compartilhados, apesar de eventuais diferenças (que em certas circunstâncias podem se agravar), como também estas elites não mediriam esforços para moldar o debate público da forma mais favorável às suas posições.

Como alerta Domhoff (2006, p. 48), “há *incerteza* na relação entre comunidade corporativa e governo, porque não há garantias de que a população e os governos aceitação sempre a visão de proprietários corporativos sob quaisquer circunstâncias econômicas”. Para que o poder social das classes superiores seja preservado é preciso que o poder político seja atrelado constantemente ao poder econômico, não em benefício de uma ou outra fração de classe capitalista (às vezes até em prejuízo de algumas), mas em favor da manutenção da ordem capitalista em geral. Tal “tendência em direção a uma perspectiva geral de classe”, é reforçada por uma densa “rede de planejamento de políticas”, cujo objetivo é manter o consenso político em torno do poder social e econômico das classes superiores, evitando potenciais desacordos (Domhoff, p. 75). “Eis por que um conjunto de organizações sem fins lucrativos e não-partidárias constituem elemento necessário na paisagem corporativa. Essas organizações integram a base do processo de planejamento político por meio do qual a comunidade corporativa articula suas preferências políticas gerais e as transmite aos dois principais partidos políticos, à Casa Branca e ao Congresso” (idem, p. 77). Entre essas organizações, ocupando a linha de frente na “guerra cultural” contra o legado progressista, estão inúmeros institutos conhecidos como *think tanks*.

***Think tanks* e o “movimento de ideias” conservador**

O exame do papel dos *think tanks* na articulação do conservadorismo objetiva responder algumas perguntas fundamentais sobre o caráter geral desse movimento. No que, afinal, ele consiste? Como foi capaz de provocar tamanha inflexão no debate público dos EUA? Quais impulsos teriam impellido o conservadorismo “de uma fé dissidente incerta a uma força política dominante” (Buckley Jr. & Kesler, 1988)? Como o que ninguém jamais cogitou ir além de “gestos mentais irritantes” originou um movimento desta envergadura? O que fez com que desacreditados pastiches de ideias esboçados por “isoladas e eclesiásticas exceções” se transfigurassem numa respeitável e, para muitos, venerável tradição?

Uma possível resposta, sugerida pelo apologista da *Neue Rechte*, Pierre Krebs, é que o sucesso dos conservadores deve-se à adoção de estratégia próxima à da esquerda gramsciana, para a qual “o poder político, para existir, depende de um poder cultural difuso nas massas” (Krebs *apud* O’Sullivan, 2003, p. 155). Não se trata de buscar bons discípulos do comunista sardo entre os conservadores, mas de indicar uma mudança fundamental na organização de um movimento que tradicionalmente fora avesso à democracia de massa, negando-se a participar do jogo eleitoral que denunciavam em seus adversários liberais, sem com isso defenderem ações insurrecionais de vanguarda do tipo que desprezavam em seus inimigos comunistas.

Essa nova estratégia conservadora, semelhante à “guerra de posições” recomendada por Gramsci (2000), seria designada por muitos de seus ativistas como um “movimento de ideias”. Segundo Nash (2006, p. xvii), o conservadorismo do pós-guerra se constituiu como um “movimento de ideias, mas com aspirações políticas visivelmente não acadêmicas”, tendo deixado de ser uma “seita filosófica reclusa e esotérica” para se tornar “uma força ativista decisiva cujo impulso não raro foi para além da América de meados do século XX que rechaçavam. Um movimento intelectual em sentido estrito, mas cujo objetivo não foi somente compreender o mundo, mas mudá-lo, restaurá-lo, preservá-

lo”. Essa interpretação seria reforçada por Edwards (2003, p. 1), para quem “pelo poder das ideias – sempre ligadas aos princípios inestimáveis da liberdade ordenada – e pela incessante disseminação e aplicação dessas ideias, foi que o movimento conservador tornou-se um dos maiores, e frequentemente o principal jogador na arena política e econômica da América”. No centro deste movimento de ideias está o aparecimento de um fenômeno relativamente novo na política dos EUA: a atuação de institutos e centros de pesquisa voltados para a análise e promoção de políticas nas mais diversas áreas, e que desempenham um significativo papel de produção e difusão ideológica junto a partidos, governo e imprensa nos EUA – os *think tanks* – hoje “o principal instrumento de ligação entre a prática política e intelectual na vida americana” (Medvetz, 2012, p. 7).

Embora a criação de muitos dos institutos hoje reconhecidos como *think tanks* não seja algo novo, alguns datando do início do século XX (a *Brookings Institute* origina-se em 1916), a forma como eles passaram a integrar e moldar a política nos EUA se modificou acentuadamente nos últimos anos, graças em grande medida ao movimento conservador. Essa mudança pode ser notada germinalmente a partir dos anos 1940, quando, à época da Guerra Fria, surgem alguns desses centros, uns mais, outros menos atrelados ao Estado (a *RAND*, criada em 1946, e a *AIE*, em 1943, respectivamente). Mas foi sobretudo a partir dos anos 1970 que adquire contornos mais nítidos a configuração de um “espaço dos *think tanks*” (Medvetz, 2012), com o aprofundamento de uma *politics of expertise* (Rich, 2004), marcada pelo advento de *advocay think tanks* (McGann, 2007), institutos com programas ideológicos bem definidos, em geral conservadores, que fazem uso abundante de táticas publicitárias para atingir formadores de opinião, políticos e público em geral (a *Heritage Foundation*, de 1973), com a produção de análises feitas sob encomenda para congressistas (Bertelli & Wenger, 2009) e para a mídia (Rich & Weaver, 2000). Assim, o que a princípio poderia ser visto por alguns como um “caso transitório” na relação entre Estado e academia durante o esforço militar na Segunda Guerra, acabou se intensificando na Guerra Fria até atingir nos anos 1970 “uma identidade ideológica e programática” (Fonseca, 2004, p. 138), com a participação ativa desses intelectuais em *hearings* no Congresso – são mais de 50 por dia (FONSECA, 2004) –, produção de *fact sheets* para parlamentares, campanhas políticas, entrevistas na mídia – foram mais de 30 mil citações na imprensa dos EUA só em 2007 (Teixeira, 2007), visibilidade associada aos milionários orçamentos desses institutos (RICH & WEAVER, 2000) –, redação de artigos e colunas em periódicos, promoção de simpósios, palestras, publicação de livros, revistas especializadas, etc.

Este arsenal à disposição de *think tanks* conservadores seria usado não só na disputa eleitoral, mas principalmente em sua “batalha de ideias” diária pela definição das políticas públicas, junto à opinião pública e parlamentares, onde essas ideias se sedimentariam mais profundamente, provocando mudanças graduais, porém duradouras. Conforme o relato de Edwin Feulner Jr., fundador da *Heritage Foundation*, o “nervo central da revolução de Reagan” nas palavras de Nash (2006, p. 563), estas “fábricas de ideias” teriam um papel fundamental no engendramento de mudanças na vida política e ideológica dos EUA, “não mudanças súbitas, e sim mudanças graduais nas discussões intelectuais, nos debates sobre políticas públicas, em poderosas estruturas e nos governos, em último caso, no modo como somos governados. É claro, todas essas mudanças dependem em última instância de ideias e no poder das ideias” (1985, p. 22).

É preciso ter em mente o papel central desempenhado pelos *think tanks* na estrutura de poder político nos EUA ao investigarmos o “movimento de ideias” conservador, a fim de evitarmos o erro metodológico denunciado por Gramsci (2006, p. 18), que “consiste em se ter buscado este critério de distinção [que define pessoas pela categoria de intelectual] no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais”. Tais intelectuais fazem parte de uma complexa rede de interação entre comunidade corporativa, as classes superiores, organizações formadores de opinião e instituições formuladoras de políticas públicas,

fornecendo-lhes fator essencial à sua coesão interna – sua *expertise* (Domhoff, 2006). Para entendermos as formas como atuam esses “especialistas em legitimação” (Gramsci, 2006), isto é, o modo como buscam sedimentar as ideias que ajudam a manter coeso o bloco do poder, devemos entender a forma como eles se organizam, o que envolve traçar a gênese histórica da consolidação do “conjunto geral das relações sociais” dos *think tanks*.

O aparecimento e multiplicação dessas instituições fariam parte de uma tendência mais ampla de transformação da cultura cívica estadunidense nos últimos cinquenta anos. Se até os anos 1960 predominara nos EUA associações voluntárias nacionais, já nos anos 1970 houve uma profunda “reorganização da vida cívica nacional, em que as associações e instituições profissionalmente gerenciadas proliferaram” (Skocpol, 2003, p. 13). Se, por um lado, “os americanos lançaram mais entidades cívicas do que jamais fizeram antes”, por outro, “eles canalizaram muito menos energia para esforços de coparticipação”. Assim, nas últimas décadas do século XX, um vasto universo de organizações voluntárias e populares, distribuídas nacionalmente, cedeu lugar à proliferação de “grupos administrados profissionalmente, não raro sem membros, que defendem uma variedade sem precedentes de causas públicas” (Skocpol, 2007, p. 39). Essa proliferação dos *think tanks* pode ser medida em números: até 1950, instituições hoje assim classificadas eram apenas 66; em 1960, foram para 98; e, em 2006, contabilizavam 1.106 só nos EUA

É verdade que a criação de tais organizações, financiadas por fundações privadas e conduzidas por pessoal especializado, resultou da iniciativa de grupos liberais progressistas diante da “oportunidade política única” surgida no contexto de “fortalecimento do ativismo governamental”, com a expansão da legislação reguladora e instauração de novas agências reformadoras (idem, p. 45). Entretanto, tais instituições foram rapidamente incrementadas e multiplicadas por grupos de direita, fartamente amparados por grandes corporações, que ansiavam reverter os avanços dos movimentos trabalhistas e por direitos civis. Sem se descuidar de formas convencionais de mobilização de massa, a exemplo do que ocorrera aos grupos progressistas, os conservadores souberam aproveitar melhor a oportunidade para finalmente romper com o isolamento político a que estavam confinados por décadas.

O sucesso do movimento conservador, portanto, não se deve somente às vitórias eleitorais, mas sobretudo à sua “mobilização organizacional efetiva” (Teles, 2007, p. 160) contra o ativismo do Estado norte-americano dominado por um “liberalismo entrincheirado” em várias agências governamentais que se tornaram nos anos 1960 e 1970 particularmente ativas. Diante da larga vantagem organizativa dos liberais progressistas, “os conservadores tiveram que desenvolver sua própria rede de instituições e estratégias políticas de longo prazo a fim de potencializar o poder derivado das urnas eleitorais” (idem, p. 162). O relato de Feulner Jr (2007, p. 97), neste sentido, é ilustrativo: para ele “o fenômeno de fanáticos esquerdistas dominando a maior parte da academia impulsionou a necessidade de se criar *think tanks* alternativos de modo decisivo. Quando se trata de filosofia política, a moderna academia americana dispõe de um severo e uniforme *front*: uma ortodoxia quase religiosa da esquerda liberal hegemônica”. A fim de superar as desvantagens em “domínios políticos altamente entrincheirados” (idem, p. 163), os conservadores fundaram instituições similares à de seus adversários, com a diferença de que, em sua condução, em vez de acadêmicos ou pessoas com interesses empresariais, eles puseram ativistas ideologicamente motivados.

Os *think tanks*, contudo, não surgem como uma instituição pronta e acabada, que simplesmente foi acionada por intelectuais conservadores para desencadear uma ofensiva contra o “liberalismo entrincheirado” no Estado norte-americano. De fato, eles foram o resultado do embate entre aqueles e o *establishment* liberal. Segundo Medvetz (2012), o “espaço dos *think tanks*” surge do choque entre dois tipos de organizações intelectuais nos EUA: um primeiro, formado por diversos centros de pesquisa fundados na primeira metade do século XX, e um segundo, criado por intelectuais, sobretudo conservadores, avessos à “razão tecnocrática” representada pela ordem progressista. “O principal resultado desse processo foi a formação de um novo subespaço de produção de conhecimento, com sua

própria ortodoxia, convenções e normas internas” (idem, p. 17), localizado no cruzamento entre as esferas acadêmica, econômica, política e midiática, e que hoje cumpre o papel fundamental na coesão da elite no poder dos EUA, graças ao caráter relativamente autônomo desta “estrutura híbrida” responsável pela “identidade ocupacional mista” de seus intelectuais, composta pelos papéis de acadêmico pesquisador, proponente de políticas públicas, empreendedor e jornalista, que lhes confere o domínio de diversos “idiomas”, permitindo-lhes transitar em meio àqueles universos, atingindo distintos públicos com igual eficácia.

Dada as características *sui generis* deste “espaço dos *think tanks*”, o seu advento permitiu aos intelectuais ativistas conservadores provocar uma das mais drásticas inflexões no panorama ideológico estadunidense, a “mudança discursiva da problemática da privação – ou do debate público centrado na pobreza e nos seus fundamentos estruturais – para a problemática da dependência – que identifica na receita do *welfare state* uma forma de degeneração moral e a fonte dos males sociais” (idem, p. 20). Neste sentido, a formação destes “novos órgãos de produção intelectual” está diretamente vinculada à ascensão desses ideólogos do capitalismo de livre mercado (idem, p. 81). Com efeito, sua constituição foi decisiva na fusão das principais correntes conservadoras estadunidenses: os libertários e os tradicionalistas. Mas “enquanto o projeto fusionista exigia a articulação de princípios conservadores positivos sobre os quais pudesse erigir o consenso, seu maior sucesso seria a identificação de um inimigo comum, ou pano de fundo ideológico contra o qual os vários segmentos da direita pudessem se definir”, a saber, a identificação da “engenharia social do *New Deal*” à “antecâmara do totalitarismo” (idem, p. 98).

O conceito de totalitarismo

A concordância entre conservadores de que suas conquistas se devem ao valor de suas ideias não assegura a concordância quanto a que ideias seriam estas. Ao contrário, para muitos, seu movimento jamais poderia se basear numa doutrina sistemática, homogênea e coerente, espelho de “ideais universais” inspiradores da moderna ideologia do planejamento social (Gottfried, 2007). Para nossos propósitos, todavia, importa menos discorrer sobre os diferentes matizes intelectuais do conservadorismo estadunidense do que traçar os aspectos que permitiram a sua confluência num movimento social e político com consequências históricas decisivas em todo mundo.

Nossa hipótese, neste sentido, é que, apesar das várias correntes conservadoras, um importante elemento nutriu sua união, qual seja, a identificação de um inimigo comum que os teria feito esquecer provisoriamente suas diferenças; um mal capaz de forçá-los a cerrar fileiras com vistas a um bem maior. Tratando-se de um movimento confessadamente de direita, o inimigo se situaria à esquerda, dentro e fora de casa: o progressismo liberal e o comunismo soviético. Uma das formas de se entender a ascensão do conservadorismo nos EUA e, em parte, seus efeitos, antecipados conceitualmente como possibilidade histórica, é investigarmos como eles definiam seus opostos, como fabricavam a sua identidade a partir da contra-imagem deste inimigo, fundamental a sua existência como “unidade de ação política” (Koselleck, 2006a, p. 98). Um contraconceito em comum, que unificou a oposição em relação a um “outro”, vital à constituição da identidade conservadora estadunidense, foi o de “totalitarismo”.

É evidente que a compreensão deste inimigo varia muito em função das diferenças internas deste movimento. Tal como os “conceitos políticos básicos” (Koselleck, 2006b), contraconceitos como “totalitarismo” incorporam uma gama complexa de experiências e expectativas históricas evocadas em contextos específicos de conflito político. E, embora seu uso seja difuso na língua corrente, tornando seu sentido sempre contestado (Gleason, 1995), é possível afirmar que ele foi mais fortemente moldado pela tradição conservadora. Um dos grandes êxitos do conservadorismo foi ter se apropriado com

eficácia do conceito de totalitarismo, transformando-o numa das mais pujantes armas ideológicas já produzidas no século XX, ao mesmo tempo em que forjava a sua própria coesão.

Edwards (2003, p. 7), neste sentido, relata que “o movimento conservador floresceu de forma geral nos anos 1980, mas havia inevitáveis tensões que cresciam em tamanho e influência (...) a ameaça do comunismo e a presença tranquilizadora de Reagan persuadiram a maior parte dos conservadores a sublimarem suas diferenças em prol de um bem maior”. Segundo Kesler (1988, p. 6), o movimento conservador nos EUA, a despeito de suas divisões entre tradicionalistas clássicos, libertários e neoconservadores, disporia de um fator de unificação e mobilização poderoso: “o seu comprometimento com uma vigorosa política anticomunista, quer dizer, o reconhecimento de um inimigo comum”. Nash (2006, p. 44), ao se referir às divergências internas entre libertários “sobre qual seria a extensão em que a atividade do governo seria compatível com a liberdade individual e o sistema de mercado”, salientaria a sua “oposição comum ao socialismo, à economia keynesiana e ao *welfare state*” como forte fator de coesão. “O que estava em jogo era o verdadeiro sentido do totalitarismo” (Nash, p. 61).

Vemos o quanto a identidade do conservadorismo esteve intimamente dependente das formas como definia seu principal inimigo dentro e fora de casa, já que de modo geral, como resumiu Leonard Read (*apud* Nash, 2006, p. 29), socialismo, estatismo, comunismo, economia planificada, *welfare state* – “tudo isso é a mesma coisa”. E “tudo isso” estaria condensado no conceito de totalitarismo, cujo oposto seria o “livre mercado, a propriedade privada e a filosofia do governo limitado” (*idem*). É neste sentido que, conforme declara Gary Dorrien (2001, p. 63), o “totalitarismo é um artigo de fé para eles”, conservadores. Tendo se tornado essencial à sua constituição como unidade de ação política, este conceito foi um poderoso veículo de transformações históricas, à medida que a identidade obtida pela sua inversão semântica, a de uma América livre, capitalista e democrática, galvanizou ideologicamente uma série de reformas de profundo alcance em todo o mundo. Resgatando este conceito para atacar seus adversários, os conservadores avançaram amplo programa, impulsionando a campanha de Reagan à presidência. No poder os conservadores utilizaram o conceito tanto contra o “império do mal”, abandonando a política da *détente*, quanto para desacreditar internamente o *welfare state*, promovendo a desregulamentação da economia, a redução de impostos sobre as corporações, privatização de serviços públicos, combate aos sindicatos, etc., tudo em nome dos sedutores ideais de “dignidade humana e da liberdade individual” (Harvey, 2005, p. 15). Como resumiria Edwards (2003, p. 3):

Em larga medida, o sucesso do movimento conservador americano recai em seu papel em dois eventos épicos – um estrangeiro, outro doméstico – que modelaram bastante a moderna história americana. O primeiro foi o suporte à Guerra Fria e sua vitória. O segundo foi rejeição da opinião pública americana à ideia de que o governo federal deve ser a solução prioritária dos principais problemas econômicos e sociais. Os conservadores declararam que o comunismo era maléfico e tinha que ser derrotado, e não apenas contido. E eles disseram que o governo federal havia crescido perigosamente e que deveria ser empurrado para trás, e não só administrado de maneira mais eficiente. Porque os conservadores desempenharam um papel decisivo no término da Guerra Fria, e alertaram a nação para as ameaças de um estado Leviatã, eles obtiveram grandes recompensas políticas, como as arrasadoras vitórias presidenciais de Ronald Reagan em 1980 e 1984, a captura histórica do Congresso em 1994, e a tomada da Casa Branca por George Bush em 2000.

Ao indicar os efeitos práticos desencadeados pela crença bem difundida entre os conservadores de que as “ideias têm consequências”, não pretendo endossar o seu otimismo exagerado no “poder das ideias”. Contudo, é preciso reconhecer, como ensina Koselleck (2006a, p. 109-110), que “um conceito

não é só indicador de conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias”. Com efeito, não haveria história possível sem um conjunto de conceitos que delimite o campo de ação política dos sujeitos. Sem eles, “é impossível experimentar e interpretar a história” (Koselleck, 2002, p. 23). Assim, se por um lado não desejamos estabelecer qualquer relação causal direta entre o conceito de totalitarismo e a emergência da hegemonia neoliberal, por outro, estamos convencidos de seu uso teve um papel decisivo na invenção de uma atmosfera ideológica e de um horizonte de expectativas históricas que tornaram concebíveis e viáveis estas transformações. Sem a articulação do conceito de totalitarismo não teria sido possível ao conservadorismo norte-americano “fazer história”, ao menos não da maneira como foi feita.

Referências

- ANDERSON, Perry (2003). “Neoliberalismo: un balance provisorio”. In: SADER, Emir & GENTILI (org). *La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusion social*. Buenos Aires, CLACSO.
- BARTELS, Larry M. *Unequal democracy: the political economy of the New Gilded Era*. Princeton/Oxford, Princeton university Foundation, 2008.
- BUCKLEY Jr., William & KESLER, Charles R. (1988). *Keeping the tablets. Modern Conservative Thought*. New York, Harper & How.
- DOMHOFF, G. William (2006). *Who rules America? Power, Politics and Social Change*. St. Cruz, University of California Press, 5ª ed.
- DORRIEN, Gary (2001). “Inventing an American conservatism: the neoconservative episode”. In: ANSELL, Amy E. (ed.). *Unraveling the Right. The new conservatism in American thought and politics*. Colorado, Westview Press.
- EDWARDS, Lee (2003). “The origins of the modern American conservative movement”. *Heritage Lectures*. Nº 811, Nov. Disponível na internet em: <www.heritage.org/research/lecture/the-origins-of-the-modern-american-conservative-movement>.
- FEULNER Jr., Edwin (2007). “The Heritage Foundation”. In: MCGANN, James G. (2007) *Think Tanks and Policy Advice in America. Academics, advisors and advocates*. New York, Routledge.
- FEULNER Jr., Edwin (1985). “Ideas, think tanks and governments. Away from the power elite, back to the people”. *Quadrant*, vol. 29, nº 11, Sydney, Australia, pp. 22-26.
- FIORINA, Morris, ABRAMS, Samuel J., POPE, Jeremy C. (2005). *Culture War? The myth of a polarized America*. New York, Pearson Longman.
- FONSECA, Carlos da (2004). “Os think tanks e a política externa americana”. *Revista Política Externa*. Vol. 13, nº. 1, pp. 133-155.
- GLEASON, Abbott. (1995), *Totalitarianism. The inner history of the Cold War*. New York, Oxford University Press.
- GRAMSCI, Antonio (2006). *Cadernos do Cárcere* (vol. 2, Os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4ª ed.
- GRAMSCI, Antonio (2000). *Cadernos do Cárcere* (vol. 3, Maquiavel, Notas Sobre o Estado e a Política). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GROSS, Neil, MEDVETZ, Thomas, RUSSELL, Rupert (2011). “The contemporary American conservative movement”. *Annual Review of Sociology*, nº 37, pp. 325-354.
- HARVEY, David (2005). *O neoliberalismo*. São Paulo, Ed. Loyola.
- HARVEY, David (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Ed. Loyola.
- HUNTER, James Davison (1991). *Cultural wars: the struggle to define America*. New York, Basic Books.

- HUNTER, James Davison & WOLFE, Alan (2006). *Is there a culture war? A dialogue on values and American public life*. Washington DC, Brookings Institution Press.
- KOSELLECK, Reinhart (2002) “Social history and conceptual history”. In: KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history. Timing history, special concepts*. Stanford, Stanford University Press.
- KOSELLECK, Reinhart (2006a). “História dos conceitos e história Social”. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, Contraponto (97-118).
- KOSELLECK, Reinhart (2006b). “A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos”. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, Contraponto (191-232).
- McGANN, James (2007) *Think Tanks and Policy Advice in America. Academics, advisors and advocates*. New York, Routledge.
- MEDVETZ, Thomas (2012) *Think tanks in America*. Chicago, The University of Chicago Press.
- NASH, George (2006). *The conservative intellectual movement in America since 1945*. Wilmington, ISI Books.
- O’SULLIVAN, Noël (2003). “Conservatism”. In: BALL, Terence, BELLAMY, Richard (org) *The Cambridge history of twentieth-century political thought*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 151-163.
- RICH, Andrew (2005) “War of Ideas. Why mainstream and liberal foundations and think tanks they support are losing in the war of ideas in American politics”. *Stanford Social Innovations Review*, Stanford, pp. 18-25.
- RICH, Andrew (2004). *Think tanks, public policy and the politics of expertise*. New York, Cambridge University Press.
- RICH, Andrew, WEAVER, R. Kent (2000). “Think Tanks in U.S. Media”. *Press/ Politics*, 5 (4), pp. 81-103.
- SKOCPOL, Theda (2007). “Government activism and the reorganization of American civic democracy”. In: SKOCPOL, Theda & PIERSON, Paul (Ed.). *The transformation of American politics: activist government and the rise of conservatism*. Princeton/ Oxford, Princeton University Press, pp. 39-67.
- SKOCPOL, Theda (2003). *Diminished Democracy. From membership to management in American civic life*. Oklahoma, University of Oklahoma Press.
- TEIXEIRA, Tatiana (2007). *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA. A arte de pensar o impensável*. Rio de Janeiro, Revan.
- TRILLING, Lionel (2008) [1950]. *The liberal imagination*. New York, New York Review of Books.